



## **A DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE POR PESSOAS TRANSEXUAIS DEVIDO À MANUTENÇÃO DE ESTIGMAS SOCIAIS**

**Zaira Cristina Barbosa ASSIS<sup>1</sup>; Rafael Ademir Oliveira de ANDRADE<sup>1</sup>**

1. Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil.  
Autor correspondente: rafael.andrade@saolucas.edu.br

Os transexuais estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, sendo geralmente excluídas dos laços familiares e do mercado de trabalho. Sob esse viés, os transexuais são constantemente vítimas de violência física e simbólica, o que faz necessária a existência de um acompanhamento psicológico destinado a essa comunidade. Sendo assim, é de se esperar que o sistema de saúde possa acolher essas pessoas, entretanto, na realidade brasileira, o país está majoritariamente despreparado para o atendimento dessas pessoas, fato que se deve à falta de capacitação dos profissionais de saúde e à discriminação também presente nos ambientes hospitalares. Por meio de pesquisas no Conselho Federal de Medicina (CFM) identificou-se os direitos da população transexual, bem como nos sites da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), Correio Braziliense e Ministério da Saúde, foi realizada uma análise crítica entre o aspecto legal e as verdadeiras condições de atendimento. Observou-se que a resolução nº2.265/2019 do CFM prevê a ampliação do acesso ao atendimento a essa população na rede pública e estabelece critérios para maior segurança na realização de procedimentos como hormoterapia e cirurgias de adequação sexual, apesar dessa recente atualização, ainda é evidente a falta de preparo da estrutura pública e privada para acolher os transexuais. A priori, a SBMFC relata que esse despreparo tem início ainda na recepção das UBS, onde é comum presenciar cenários, geralmente, sutis de violência simbólica e descaso, exemplo disso é não preocupação em distinção com o nome social desse grupo. Posteriormente, é válido ressaltar a falta de centros de atendimentos especializados, de acordo com estudos realizados pela revista *The Lancet*, estimasse que o Brasil possui entre 752 mil e 2,4 milhões de cidadãos trans em contrapartida, há apenas 11 cidades com ambulatorios especializados para atendimento dos mesmos. Ademais, mesmo quando transexuais conseguem atendimento médico tem-se dificuldade em achar algum especialista informado sobre o tema, Fred Sóter, um homem trans de 22 anos,



afirma que a falta de informação é um problema, tendo em vista que a maioria dos endocrinologistas que ele procurou alegaram que não o acompanharia pois, não possuíam capacidade técnica para receitar hormônios para a transição. Dessa forma, o preconceito enfrentado no processo de procura de assistência médica, aliado ao despreparo dos agentes de saúde para acolhimento dessa população e os altos custos na rede particular, resulta em um grande número de transgêneros que optam pelo tratamento clandestino, processo que põe em risco a saúde dessas pessoas, de acordo com o relato de um médico transcrito pela revista *Correio Brazilienses* cerca de 80% dos transexuais já realizavam hormonioterapia de forma clandestina antes de procurar ajuda de um profissional. Concomitante a isso, o Ministério da Saúde por intermédio de um vídeo documentário relata sobre a saúde de pessoas transexuais, elucidando a reprodução dos preconceitos sociais no sistema de saúde e a falta de acompanhamento psicológico adequado, tal fato se opõe a um dos princípios doutrinários do SUS, a integralidade, e desconsidera todo contexto vulnerável desse grupo, essa falta de atendimento adequado também está intimamente relacionada com falta de representatividade desse grupo, devido à marginalização dessas pessoas. No que concerne esse contexto, é importante salientar que segundo estudos descritos pela UFMG 91% dos transexuais não concluíram o segundo grau e apenas 0,02% tem acesso ao ensino superior, o que em harmonia com a manutenção dos estigmas desse grupo explica a falta de representação dessa população nas unidades de atendimento. Desse modo, a análise dos dados comprova a dificuldade que transexuais possuem no acesso aos serviços de saúde, podendo ser destacado o estigma disseminado sobre esse grupo, a falta de preparo dos profissionais de saúde e a falta de representatividade devido a marginalização e vulnerabilidade dessas pessoas. Nesse sentido, no que tange ao sistema de saúde é de suma importância capacitar os profissionais para o atendimento de transgêneros, desde atitudes simples como o tratamento pelo nome social até o oferecimento de cursos para entender as necessidades psicológicas, cirúrgicas e hormonais dessa população, além disso, é imprescindível que ocorra um incentivo a participação desses nas unidades de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transexuais. Saúde. Acesso. Vulnerabilidade. Estigmas.